



SOROCABA | 70  
ANOS



**Como as  
Indústrias estão  
sobrevivendo a  
pandemia**  
**21/05/2021**

**As medidas provisórias que ajudaram na  
manutenção dos empregos**

## **MP 927/2020 e 936/2020**

- No início da crise de 2020, foram publicadas duas Medidas Provisórias 927/2020 e 936/2020 com o objetivo de regular as relações trabalhistas durante o estado de calamidade.

## **MP 927/2020**

- A MP 927 apresentava dispositivos sobre o home office, férias individuais e coletivas, antecipação de feriados, adiamento do pagamento do FGTS e, ainda, sobre a COVID-19 como doença do trabalho.
- No entanto, o texto não foi votado pelos Senadores até o dia 19/07/2020 para ser transformado em lei, perdendo sua validade.

# Consequências pela não transformação em Lei

- Teletrabalho: a MP 927 permitiu uma decisão unilateral, a qual não necessita de termo aditivo. Após o término da vigência precisou ser feito mediante **acordo individual**;
- Antecipação de férias individuais: **novas antecipações estão proibidas**;
- Concessão de férias coletivas: **retorno ao sistema tradicional de comunicação com antecedência de 15 dias ao Sindicato e governo**;
- Antecipação de feriados: **novas antecipações estão proibidas**;
- Banco de horas: retorno ao sistema tradicional de acordos coletivos ou individuais **com prazos de 12 ou 6 meses, respectivamente**;
- Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho: **retorno às regras tradicionais, com especial interesse aos exames médicos e funcionamento da CIPA**.

## **MP 936/2020 – Lei 14.020**

Editada em 01/04/2020

Finalizada em 31/12/2020

- A MP 936 que estabeleceu a possibilidade da redução proporcional da jornada de trabalho e salário e a suspensão temporária do contrato de trabalho. Esta MP foi convertida na Lei 14020/2020.
- O prazo de vigência da Lei seria até o término do estado de calamidade pública, ou seja, até 31/12/2020.

# **2021 a pandemia continuou!!!!!!**

- DE JANEIRO ATÉ ABRIL NÃO HAVIA NENHUMA MEDIDA NA ÁREA TRABALHISTA PARA AUXILIAR O EMPRESÁRIO



# **Novas Medidas em 2021 para resguardar empregos e auxiliar o Empresário.**

- Em 28.04.2021, foi publicada, no Diário Oficial da União, a **Medida Provisória nº 1.045**, que institui o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da crise econômica decorrente do coronavírus (covid-19), pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.
- O objetivo desta medida é garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais, o emprego e a renda, assim como, reduzir o impacto social decorrente das consequências da covid-19.

## O que prevê a MP 1045

- Possibilidade de:
- suspensão temporária do contrato de trabalho; e
- redução proporcional da jornada de trabalho e do salário.
- O Governo pagará o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – (“BEm”).
- O valor do benefício mensal levará em conta a parcela do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito em caso de demissão, independente do cumprimento de período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos.

## Principais pontos da MP 1045

- Redução de Jornada e Salário em 25% - Caso o trabalhador e a empresa acordarem na redução de jornada e salário em 25% — A empresa paga 75% do salário e o governo pagará 25% sobre o valor do seguro-desemprego a que o empregado tiver direito.
- Redução de Jornada e Salário em 50% - Se o trabalhador e a empresa acordarem na redução da jornada e salário em 50% — A empresa paga 50% do salário e o governo pagará 50% sobre o valor do seguro-desemprego a que o empregado tiver direito.
- Redução de Jornada e Salário em 70% - Se o trabalhador e a empresa acordarem na redução de jornada e salário em 70% — A empresa paga 30% do salário e o governo pagará 70% sobre o valor do seguro-desemprego a que o empregado tiver direito.

## Principais pontos da MP 1045

- Suspensão temporária do contrato de trabalho
- Com relação à suspensão do contrato de trabalho, o pagamento da compensação do governo será de 100% do seguro-desemprego ao qual o trabalhador teria direito se fosse demitido.
- A exceção, no entanto, diz respeito as empresas que tiverem receita bruta superior a R\$ 4,8 milhões. Para estes casos, a empresa somente poderá suspender o contrato de trabalho mediante o pagamento de ajuda compensatória mensal no valor de 30% do salário do empregado.

# Principais pontos da MP 1045

- A Medida Provisória também determina uma “**garantia provisória**” do emprego pelos meses em que a jornada e os salários forem reduzidos ou o contrato suspenso e por igual período quando as atividades e pagamentos forem normalizados.
- No entanto, o empregador ainda pode ter o direito de demitir durante o período, porém, caso a dispensa ocorra sem justa causa, a empresa estará obrigada ao pagamento de verbas rescisórias e de indenização.
- **Essa regra só não vale nos casos de dispensa por justa causa, ou caso o próprio empregado solicite a demissão.**

# Principais pontos da MP 1045

- Confira o valor da indenização:
- 50% do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a 25% e inferior a 50%;
- 75% do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a 50% e inferior a 70%; ou
- 100% do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, nas hipóteses de redução de jornada de trabalho e de salário em percentual superior a 70% ou de suspensão temporária do contrato de trabalho.

# Principais pontos da MP 1045

- Em caso de gestante a estabilidade se iniciará após a estabilidade prevista na Constituição Federal, ou seja, 5 meses após o parto.

# Principais pontos da MP 1045

- Formalização do acordo:
- No caso dos trabalhadores com remuneração de até **três salários mínimos**, o acordo será por meio de **acordo individual**.
- No caso dos trabalhadores que recebem entre **três salários mínimos e dois tetos do INSS R\$ 12.867,14**), a redução da jornada e salário poderá ocorrer por meio de **acordo coletivo**, tendo em vista que nessa faixa a compensação da parcela do seguro-desemprego não compensa a redução salarial.
- Já nos casos onde o trabalhador ganhar mais que R\$ 12.867,14 e possui nível superior, a lei trabalhista atual, autoriza o acordo individual para a redução de jornada e salário.
- Ainda, no caso **da redução de 25%** será permitido que seja realizado **acordo individual** independente da faixa salarial.
- Por fim, **se não resultar diminuição do total recebido mensalmente pelo empregado**, poderá ser feito **mediante acordo individual**.



# Principais pontos da MP 1045

- Deverá obrigatoriamente ser informado o Sindicato no prazo de 10 dias corridos a partir da assinatura do acordo individual.

## **Novas Medidas em 2021 para resguardar empregos e auxiliar o Empresário.**

- Na mesma data, foi publicada, no Diário Oficial da União, a **Medida Provisória nº 1.046**, a apresentou medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública.
- Todas as medidas poderão vigorar pelo **prazo de 120 dias** a partir da publicação da medida, podendo ser prorrogada por igual período.

## Principais pontos:

- o regime de trabalho presencial poderá ser alterado pelo empregador para **teletrabalho**, independentemente de acordos individuais ou coletivos;
- **antecipação das férias**, desde que o trabalhador seja informado com no mínimo 48 horas de antecedência por escrito, do período a ser gozado pelo empregado, ou que sejam concedidas por acordo coletivo;
- Desburocratização das férias coletivas;
- **Banco de horas**;
- Suspensão de exigências administrativas em segurança no trabalho, e
- o recolhimento do FGTS referente as parcelas de abril, maio, junho e julho poderão ser quitadas a partir de setembro.

## Principais pontos das férias individuais:

- Prazo para concessão das férias – 48 horas – aviso por escrito ou por meio eletrônico;
- Pagamento do adicional de 1/3 até a data em que será devido o 13º salário;
- A empresa poderá converter 1/3 do período de férias em abono pecuniário e o pagamento será devido até a data em que será devido o 13º salário;
- Pagamento das férias poderá ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao início do gozo das férias;
- Ponto de atenção: Está previsto que as férias antecipadas gozadas cujo período ainda não tenha sido adquirido serão descontadas das verbas rescisórias devidas ao empregado no caso de “pedido de demissão”.

## Principais pontos das férias coletivas:

- A comunicação deverá ser feita aos empregados no prazo de 48 horas;
- Não há limite mínimo ou máximo para as férias coletivas;
- Não há mais necessidade de comunicação ao Ministério da Economia e Sindicato.

## Principais pontos do Banco de Horas:

- Acordo Individual ou Coletivo;
- A compensação poderá ser feita no prazo de 18 meses a iniciar após o dia 24/08/2021 ou seja, 120 dias após a publicação da MP.

## Principais pontos da suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde:

- Suspensão da obrigatoriedade pelo período de 120 dias após a publicação da MP, dos exames médicos ocupacionais, com exceção dos demissionais dos trabalhadores que estejam em regime de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho à distância;
- Os exames vencidos neste período serão realizados no prazo de 180 dias após o vencimento.
- Ficam autorizadas as reuniões de CIPA, inclusive eleições, de maneira remota.

## Principais pontos do diferimento do FGTS:

- Os depósitos de abril, maio, junho e julho poderão ser realizados nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.
- Em caso de rescisão os pagamentos deverão ser antecipados.





Andrea Valio

E-mail: [andrea@valio.com.br](mailto:andrea@valio.com.br)

Celular: (15) 99105-1717



JUNTOS,  
A GENTE FAZ.

SOMOS CIESP



JUNTOS,  
A GENTE FAZ.

SOMOS CIESP



SOROCABA | 70  
ANOS



**CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo**

ciespsorocaba.com.br  
ciesp@ciespsorocaba.com.br  
4009-2900